

Hospital Regional impõe desafios

Unidade de saúde regional do porte desejado em São Vicente exige mais do que verbas para as obras: é preciso aparelhá-lo e geri-lo

GUSTAVO T. DE MIRANDA
DA REDAÇÃO

A expectativa é grande, talvez do mesmo tamanho do imbróglio que envolve a construção, instalação de equipamentos e sobrevivência do Hospital Regional de São Vicente, unidade defendida pelo prefeito Luís Cláudio Bili para reverter o caos no atendimento de saúde do Município.

Os números da obra são de encher os olhos: um prédio de 10 andares e 400 leitos, sendo 80 destinados à instalação de diferentes tipos de unidades de tratamento intensivo (como UTI adulta, pediátrica, neonatal, cardiológica, por exemplo).

Em um cenário como esse, parece natural que o projeto alcance números igualmente grandiosos. A previsão do secretário de saúde do Município, Antonio Rua, fala entre 5 e 10 mil empregos diretos na unidade.

O custo da obra, por exemplo, deve ultrapassar a casa dos R\$ 150 milhões. Em paralelo, ainda existe a soma para equipar o hospital, onde a Prefeitura planeja realizar procedimentos de média e alta complexidade. Algo em torno de R\$ 10 milhões, segundo especialistas em gestão hospitalar ouvidos por *A Tribuna*.

DETALHES

Segundo apurado, um leito de UTI consome até R\$ 50 mil para sua instalação. Basta multiplicar esse valor por 80 para chegar à nada modesta quantidade de R\$ 4 milhões.

Um leito hospitalar normal custa, no mercado, até R\$ 10 mil. Fazendo a mesma operação de multiplicação, pelas 320 vagas do hospital vicen-



O projeto entregue pela Prefeitura ao ministro Arthur Chioro, em janeiro deste ano: articulação adiantada



São 10 andares, 400 leitos, e um valor estimado em R\$ 150 milhões

no, chega-se a outros R\$ 3,2 milhões.

Somados os custos de equipamentos — aparelhos de imagem para diagnóstico, como tomografia e ressonância magnética — a conta deve chegar em R\$ 10 milhões.

Além do custeio da obra e da verba para equipar a unidade, ainda é necessário pensar no montante de verba capaz de manter de portas abertas e operando toda essa estrutura. “Algo em torno de R\$ 120 milhões

Custo

10 milhões

de reais devem ser gastos para equipar o Hospital Regional, segundo estimativa de especialistas em gestão hospitalar

por ano”, estima a professora Monica Bastos de Moraes, coordenadora da pós-gradua-

ção em administração hospitalar da Universidade Santa Cecília (Unisantia).

A principal dúvida em torno dessa nova unidade é causada pela limitação financeira de São Vicente. “Precisamos de R\$ 150 milhões para custear a construção do hospital. Por enquanto, temos um compromisso informal com o Ministério da Saúde. Assim que for oficial, o Governo do Estado deve entrar na obra também. Nada disso

Universo carente

O número de leitos preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes. De acordo com a pesquisa Assistência Médica Sanitária, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2009, os nove municípios da Baixada possuíam — juntos — 2.792 vagas em hospitais, para atendimento SUS e particular. Utilizando como referência o Censo de 2010, a região tem 1,664 milhão de pessoas. Pelas contas, é como se a região tivesse um leito hospitalar para cada mil habitantes. O índice está aquém do indicado pela OMS e mesmo do número ideal defendido pelo Ministério da Saúde — entre 2,5 e 3 leitos para mil habitantes. “Contamos apenas com o CREI. O hospital é uma demanda real de São Vicente”, afirma o secretário.

está definido”, explica o secretário de saúde da Cidade.

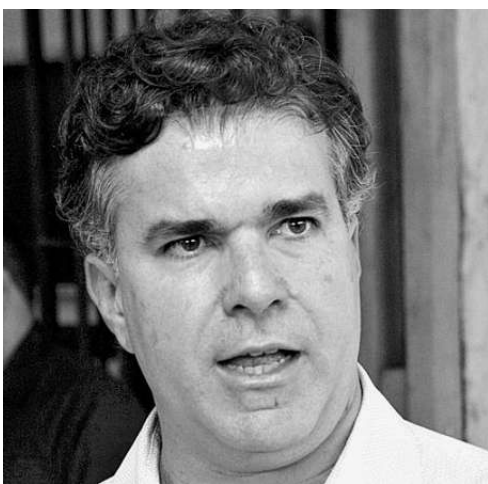
Sozinha, a Prefeitura sabe que não tem como pagar essa conta. “O meu orçamento, na secretaria de Saúde, não é nem metade do que é necessário para fazer o hospital

funcionar todo mês”, explica Rua. Por mês, São Vicente gasta R\$ 4,3 milhões para todos os serviços de saúde do Município.

LEIA AMANHÃ UM EXEMPLO DE COMO UMA REGIÃO AMENIZOU SEUS PROBLEMAS DE SAÚDE EM CONJUNTO.

Estágio inicial

Segundo o secretário de Saúde de São Vicente, a definição em torno do modelo de gestão do hospital está em um estágio inicial. “Essa questão ainda é muito embrionária na Prefeitura, porque a gente está seguindo os procedimentos defendidos pelo governador (Geraldo) Alckmin. Ele disse que assim que a gente tivesse oficializado o compromisso com o



Governo Federal, garantiria a parte dele na construção do prédio. Queremos resolver isso”, explica. Antonio Rua é o quarto secretário a assumir a pasta desde o ano passado. Seus antecessores foram Wanderjackson Bezerra, o prefeito Bili, que assumiu interinamente, e o nutrólogo Eduardo Munhoz, que deixou a secretaria na semana passada. O médico Benjamin Lopez chegou a ser indicado em novembro de 2012, mas não ocupou o posto.

Modelo de gestão é ponto delicado

■ O primeiro passo para a construção do Hospital Regional de São Vicente, de acordo com especialistas ouvidos por *A Tribuna*, é definir o modelo de gestão que deve ser adotado na unidade.

Segundo a professora Monica Bastos de Moraes, coordenadora dos cursos de pós-graduação em saúde pública da Universidade Santa Cecília (Unisantia), o setor público costuma errar ao avaliar que pode dividir a construção nas três etapas: construção, aparelhamento e manutenção do hospital.

“Sempre me pergunto como é que isso vai ser administrado. Consórcio municipal? Vai estadualizar? Existirá algum programa especial do Governo Federal?”. Para ela, quando a administração pública planeja o

empreendimento sem integração, há o risco da obra ser concluída e ficar ociosa.

“Minha preocupação é gastar R\$ 150 milhões, ficar o prédio emperrado, sem ocupar. Depois, ter de refazer obra, porque os equipamentos ficaram danificados, devido o desuso”. Para ela, toda instalação hospitalar fechada é “sinônimo de deterioração e desperdício”.

NATIMORTA

Ela acrescenta que, com uma rapidez muito grande, a rede de gases de uma construção hospitalar se deteriora e acaba ficando sem aproveitamento para o uso.

“As regras de construção de estabelecimentos de saúde mudam com bastante frequência, os equipamentos se modernizam

muito rapidamente. Se uma obra dessas fica parada, porque a secretaria não tem recursos para custear o hospital, o resultado é que ela já nasce em déficit”.

Para a pesquisadora, além disso, existe o risco de a nova unidade não conseguir credenciar todos os leitos planejados.

O credenciamento é o processo de inserir uma unidade no Sistema Único de Saúde (SUS), através de ato formal do Secretário de Estado da Saúde. “Isso vai ser credenciado aos poucos. O que não for credenciado, não tem reserva de verba”, explica.

No SUS, o hospital recebe de acordo com uma tabela pré-estabelecida e dentro dos procedimentos que foram credenciados. É o sistema de faturamento, em que o hospital recebe

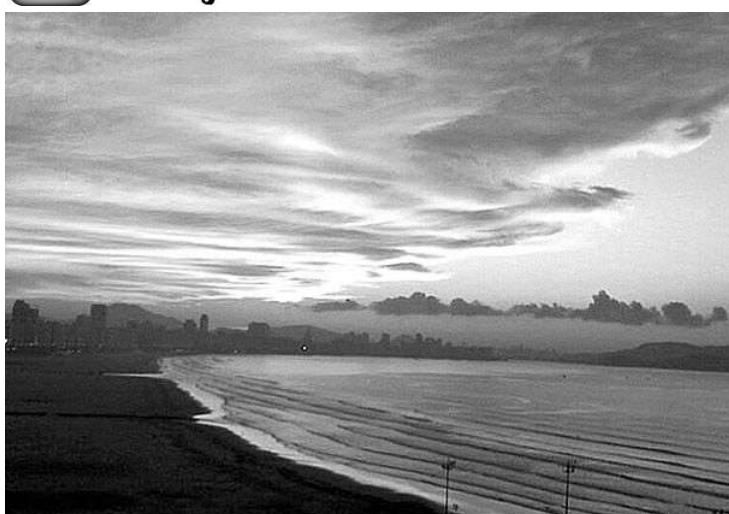
pelo serviço prestado.

No sistema de saúde pública estadual, o hospital recebe uma verba distribuída mensalmente. O repasse depende do alcance das metas de atendimento pré-acordadas entre o Governo do Estado e a esfera que administra o hospital — em São Paulo, alguns são administrados por Organizações de Serviço de Saúde (OSS), outros pelas Santas Casas e cidades.

O cumprimento dessa meta depende de uma série de fatores, um deles relacionado à prestação de serviço por unidade de atendimento. As metas são individualizadas para cada tipo de unidade e para que o hospital não seja penalizado deverá realizar os atendimentos previstos para o mês.

A Tribuna nas redes sociais

Instagram .com.tribunasantos



A leitora Wilma Fonseca flagrou um belo amanhecer no último dia 10, na Praia do José Menino, em Santos. A foto foi enviada pelo WhatsApp de A Tribuna: (13) 99655-8581 #atribunasantos #amanhecer #natureza #sol #santos

@atribunasantos

@atribunasantos



Funcionária pública de 68 anos tira a roupa após ficar presa em portadora de uma agência bancária no Centro de Guarujá <http://atdig.net/1DBKez5>

Leitura rápida

Santos Papéis históricos são transferidos

Para dar espaço ao novo Centro de Controle Operacional (CCO) da Prefeitura, os últimos documentos históricos guardados no Paço Municipal foram transferidos para o arquivo intermediário, da Fundação Arquivo e Memória (Fams). Cerca de 30 milhões de processos foram levados para o prédio na Rua da Constituição, 62. Eles estão sendo recondicionados e reorganizados para facilitar o acesso e atender com maior agilidade às solicitações dos munícipes.

Em São Paulo Curso auxilia na perda de peso

Para auxiliar aqueles quem buscam emagrecer de forma sustentável, a Soar Desenvolvimento Humano realiza o curso *Viva Leve! Emagreça com PNL e Coaching*. Os santistas interessados em participar terão transporte gratuito. O curso será no próximo dia 21, das 9 às 18h, na R. Serra de Bragança, 1.055, Tatuapé. Inscrições pelo e-mail: elaine@dlatibaia.com.br. Mais informações: www.soar.net.br/Psicologia/Curso-viva-leve-emagreca-com-pnl-e-coaching/. As vagas são limitadas.